

CIES e-Working Paper N.º 137/2012

**Desigualdades sociais e ação coletiva:
propostas teóricas para o estudo das práticas
associativas em contexto local**

Nuno Nunes

Nuno Nunes é investigador do CIES-IUL, bolsheiro FCT de pós-doutoramento e membro da equipa do Observatório das Desigualdades. As desigualdades sociais, a análise de classes, a ação coletiva e a mudança social constituem as suas áreas de investigação científica.

Resumo

É proposta uma discussão teórico-analítica com vista ao aprofundamento do estudo da ação coletiva sob a ótica problemática das desigualdades sociais. As propostas que se avançam visam a exploração de perspectivas de pesquisas em contexto local que analisem a relevância e o impacto das desigualdades sociais sobre os atores coletivos, as práticas associativas dos agentes e respetivas dinâmicas de identidade cultural geradas. Ancorando na sociologia das classes sociais, ela é enriquecida com outros contributos recentes, com vista à parametrização de um programa holístico para o estudo da ação coletiva na modernidade.

Palavras-chave: desigualdades sociais; ação coletiva; contextos locais; identidades culturais.

Abstract

This proposal is a theoretical and analytical discussion that wants to deepen the study of collective action from the perspective of social inequalities. Proposals that seek to explore prospects for research in local contexts, examining the relevance and impact of social inequality on collective actors and associative practices of agents and respective dynamics of cultural identities generated. Anchoring in the sociology of social classes, it is enriched with other recent contributions, for the parameterization of a holistic program for the study of collective action in modernity.

Keywords: social inequalities; collective action; local contexts; cultural identities.

I. Introdução

A persistência e perenidade de velhas e de novas desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas terão relevância sobre a ação coletiva e cidadania modernas? Neste texto é apresentado um conjunto de argumentos teóricos justificativos e construtores de um programa holístico para o estudo da ação coletiva, profusamente inscritos nos debates atuais e centrais da teoria sociológica contemporânea relativos à problemática das desigualdades e das classes sociais.

Conferindo centralidade às classes sociais e ao espaço social do trabalho, procura-se integrar no estudo da ação coletiva os efeitos multidimensionais das desigualdades sociais contemporâneas, relativos aos domínios das relações de produção, das sociedades do conhecimento e das instituições políticas, com a finalidade de construir uma sólida estrutura conceptual capaz de compreender as dinâmicas da ação coletiva nas sociedades modernas.

Mais especificamente, são avançadas algumas ideias com vista ao aprofundamento do estudo das práticas associativas em contexto local a partir da problematização das desigualdades sociais, da ação coletiva e da mudança social. Visa-se a análise da relevância e impactos das desigualdades sociais sobre as configurações e práticas das classes sociais, dos atores coletivos e respectivas dinâmicas de identidade cultural geradas, tomando como referente estratégico de operacionalidade analítica a observação holista e integrada da ação coletiva num determinado espaço associativo local.

Ancorando no conceito de práticas associativas, constitui objetivo desta comunicação a parametrização de um programa holístico no estudo da ação coletiva que entrecruze os processos e as dinâmicas estruturais, institucionais, configuracionais, simbólicas, interativas, posicionais e disposicionais que atravessam um determinado espaço associativo local. A utilização, atualização e cumulação no âmbito da sociologia das classes sociais significarão o equacionamento de problematizações teóricas macro, meso e microssociais, e, simultaneamente, o aprofundamento do debate teórico entre a estrutura e a ação.

O presente artigo estrutura-se em quatro eixos: um primeiro que visa colocar as teorias da ação coletiva sob a ótica problemática das desigualdades sociais, desafiando os atuais paradigmas e teorias dominantes a inscrever nos seus horizontes os contributos de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis; um segundo eixo, que procura salientar teoricamente a inter-relação entre os campos, os atores coletivos e os movimentos sociais, na (re)produção de dinâmicas locais, supralocais e globais de ação coletiva; um terceiro eixo, que procura situar as práticas associativas a partir das relações entre as classes sociais, a interação social e as

identidades culturais; finalmente, um último eixo, que inscreve a teoria e análise da ação coletiva em contexto local para o âmbito mais vasto da modernidade e da mudança social, projetando o problema das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva perante os desafios colocados pela globalização, democracia e desenvolvimento no dealbar do século XXI.

II. Uma teoria da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais

A relevância do estudo da ação coletiva enquanto elemento configurador central das dinâmicas das sociedades contemporâneas tem constituído, ao longo do percurso pelas teorias sociológicas (desde os clássicos até à atualidade), um terreno de fértil e desafiante conhecimento sociológico acumulado. O conceito de ação coletiva está presente nos “clássicos da sociologia”, nomeadamente Marx (2008), Weber (1978), Simmel (1999) e Tocqueville (2002); no paradigma funcionalista e teorias do “comportamento coletivo”; no paradigma individualista-racionalista sob o qual se alicerçaram as teorias da mobilização dos recursos e as teorias da ação estratégica; no paradigma sistémico e nas teorias institucionalistas e organizacionais; nas teorias das classes sociais e teorias do conflito, relativamente às suas variantes neomarxistas, neweberianas e teorias dos novos movimentos sociais; no primeiro interacionismo simbólico até aos seus mais recentes desenvolvimentos como a teoria das interações rituais (Collins, 2004); na teoria crítica, nas elucubrações pós-modernas e nos mais recentes desenvolvimentos teóricos que salientam o carácter transnacional e global da ação coletiva (Della Porta e Diani, 2006).

O desenvolvimento histórico da modernidade, sobretudo o período a partir da segunda metade do século XX, influenciou os paradigmas e as teorias sociológicas e criou as condições científico-sociais para que as teorias da mobilização dos recursos e as teorias dos novos movimentos sociais alcançassem um incomensurável protagonismo teórico, cujas premissas se sentem ainda atualmente, com repercussões negativas sobre a (in)visibilidade das conexões teóricas entre as problemáticas das desigualdades sociais e da ação coletiva. Têm sido sobretudo estas “teorias de médio alcance” que ergueram uma sociologia “especializada” dos movimentos sociais, prisioneira das insuficiências dos paradigmas racionalistas, individualistas, organizacionais e culturalistas, que nas últimas décadas dominaram o estudo da ação coletiva. Uma excessiva primazia da conflitualidade cultural por parte das teorias dos novos movimentos sociais e a elevada saliência dos aspetos internos organizacionais e das estruturas das oportunidades políticas, por parte das teorias da mobilização dos recursos,

desafiam a construção de uma teoria da ação coletiva forte na relação entre estrutura e ação e capaz de dimensionar problematicamente aos níveis macro, meso e microssociais. As teorias da mobilização dos recursos e dos novos movimentos sociais revelaram-se incapazes de contextualizarem a ação coletiva com as condições sociais dos agentes e com os campos sociais e estruturas sociais das sociedades (Crossley, 2002).

As teorias de Pierre Bourdieu (2000, 1989, 1979) e de Nicos Mouzelis (2008, 1995, 1991) implicam uma ruptura com as atuais teorias e paradigmas ainda dominantes, quer para a (re)construção teórica de médio alcance quer no plano metateórico holístico, com decisivos efeitos sobre a análise das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva. A concepção estrutural, cultural e simbólica do espaço social das classes e a distribuição dos capitais, os *campos sociais* e a ação do *habitus*, constituem, no essencial, os principais conceitos da teoria da prática relevantes para a análise da ação coletiva, estes complementados, de modo indispensável, pela teoria das hierarquias sociais de Nicos Mouzelis, na qual a ação coletiva ocupa uma importância uterina e imanente nas relações hierárquicas entre a estrutura e a ação, nos processos da interação social e nas estratégias e nos jogos sociais dos agentes e atores coletivos presentes nos contextos institucionais da modernidade.

A apropriação teórica de Bourdieu e Mouzelis inscreve-se, precisamente, na tendência atual de crescente convergência entre as análises estruturais e culturais, à medida que a “agenda clássica” dos movimentos sociais gradualmente perde centralidade, e as atuais abordagens estruturais procuram integrar, no seu universo, o problema das desigualdades, a imbricação da cultura no estrutural, as dinâmicas dos atores coletivos, ou a mudança institucional, ou por parte das atuais abordagens culturais, assume lugar a mudança cultural, a produção simbólica, e uma visão menos estratégica e racionalista do papel da cultura (Klandermans e Roggeband, 2007).

Propõe Nick Crossley (2002) que as insuficiências das teorias especializadas da ação coletiva poderão ser suplantadas pela assunção teórica (prevalecente) da teoria da prática de Pierre Bourdieu, uma vez que se trata de uma teoria forte na relação entre estrutura e ação e capaz de articular as condições estruturais a um conjunto de práticas sociais mobilizadora dos agentes e dos grupos sociais. Tal significa considerar que os movimentos sociais constituem-se enquanto práticas sociais, igualmente suscetíveis de serem analisados como quaisquer outras práticas do espaço social.

A teoria das hierarquias sociais de Mouzelis recoloca as questões do poder e da ação coletiva nos debates atuais da teoria sociológica. O “ator mouzeliano” encontra-se perante

“jogos sociais” hierarquizados pelas regras e instituições das estruturas sociais, que lhe permitem o distanciamento possível para as modificar através da ação coletiva. As desigualdades sociais (económicas e de poder) atravessam as instituições da modernidade e os seus conflitos, prerrogativa teórica parcialmente encoberta por alguns autores, teorias e conceitos hegemónicos como os de “movimentos sociais” ou “sociedade civil” (Mouzelis, 2008: 77).

O modelo teórico que se propõe para o estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais (Figura 1) assenta, portanto, na articulação dos quadros teóricos de Bourdieu e Mouzelis, apelando para quatro eixos de problematização teórica: o espaço social das classes e a inerente produção de ação coletiva nos campos sociais das sociedades; as relações entre os agentes, os atores coletivos e as instituições nas dinâmicas da ação coletiva; a formação da ação coletiva na interação social; e as relações entre o *habitus* e a mobilização social.

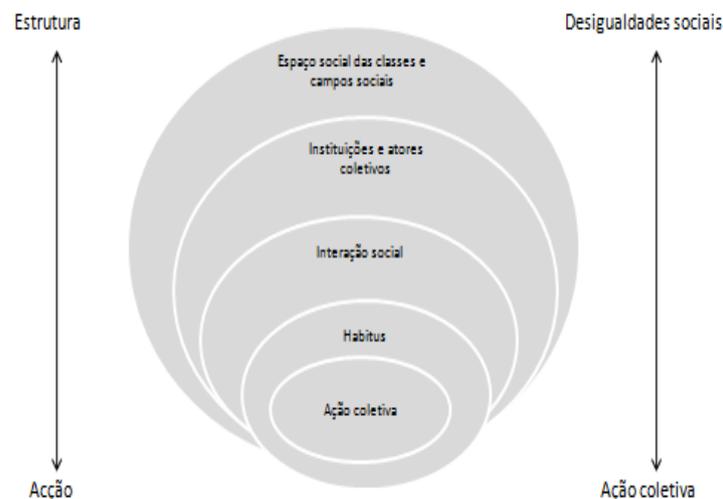


Figura 1 – Modelo teórico para o estudo da ação coletiva sob a ótica das desigualdades sociais

Os desenvolvimentos teóricos que seguidamente se apresentarão representam, justamente, um primeiro esforço heurístico de capacidade analítico-interpretativa relativamente à compreensão das práticas associativas em contexto local, enquanto referente estratégico para o estudo das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

III. Campos, atores coletivos e movimentos sociais nas sociedades contemporâneas

Nos múltiplos campos sociais das sociedades contemporâneas desenvolvem-se conflitos latentes e manifestos, que aglutinam os interesses e os objetivos que adquiriram valor social e simbólico pelos respetivos agentes e grupos sociais participantes. Neles são mobilizados reportórios de ação coletiva (Tilly, 2008), enquanto recursos disponíveis para os conflitos, recursos adaptáveis às características e dinâmicas necessárias ao domínio do campo, a partir das interdependências, alianças e competição construídas entre os diferentes agentes, grupos sociais e atores coletivos.

A questão da formação dos grupos tem sido um tema desenvolvido por diferentes autores e correntes teóricas. Simmel (1999) enfatizou as formas de relacionamento social, em si mesmas autónomas das propriedades dos atores envolvidos, centrando a sua atenção nas dinâmicas das relações entre os indivíduos e os seus círculos sociais. As teorias da ação racional e do primeiro interacionismo simbólico acabaram por revelar uma enorme dificuldade em transpor os níveis da racionalidade ou da motivação entre os indivíduos. A componente formal-organizacional na formação dos grupos constitui(u) a tónica central das teorias da mobilização dos recursos. Dahrendorf (1982), Coser (1956) e Rex (1981) concentraram a sua atenção na formação dos grupos para o conflito social.

Mouzelis (2008) alerta para o que considera serem visões essencialistas da ação coletiva, ao transformarem-se categorias sociais (ou estatísticas) em atores coletivos, ou então quando se adscvem aos grupos sociais existentes características sociais que eles não possuem. Em substituição de uma conceção lógico-dedutiva que transmuta aprioristicamente os quase-grupos em grupos de *status*, Mouzelis propõe que se focalize o olhar sobre as realidades institucionais e os atores coletivos “concretos” que delas fazem parte integrante. Tal significa que se compreendam as vinculações estruturais e culturais atuantes nos processos de formação, de organização e de representação social dos atores coletivos nas sociedades modernas.

Para Mouzelis, os quase-grupos transformam-se em grupos sociais no interior dos contextos institucionais históricos da modernidade, pela via do envolvimento relacional entre os grupos na interação social e dos jogos sociais nos campos. Na teoria de Mouzelis, os atores coletivos são entidades com meios identificáveis para poderem decidir e agir, a partir dos processos de tradução, de representação e de organização envolvidos na constituição e

reprodução das relações de poder. Mouzelis distingue entre posições estruturais e atores coletivos, a ação coletiva só ocorrerá quando os quase-grupos se transformam em coletividades sociais autónomas das posições estruturais.

Com o propósito de contribuir para um conhecimento mais completo das diversas formas e expressões da ação coletiva na atualidade, valerá a pena a construção teórica das articulações entre os campos sociais (e subcampos) das sociedades, os respetivos tipos de atores coletivos neles envolvidos e os principais movimentos sociais da modernidade. São variadas as tematizações sociais da ação coletiva, indutoras de acontecimentos e eventos coletivos, com vinculações institucionais e enraizamentos sociais a práticas associativas tradicionais ou mais recentes.

É possível recortar o espaço social das classes e considerar que a ação coletiva nas sociedades contemporâneas ocorre, enquanto ideais-tipo, no campo económico-laboral e no campo político e da sociedade civil, ambos autónomos um do outro, mas mantendo-se densamente inter-relacionados. A mesma diferenciação/confluência verifica-se relativamente aos tipos de atores coletivos e movimentos sociais presentes em cada um dos campos sociais.

No campo económico-laboral é possível encontrar confederações sindicais, sindicatos, comissões de trabalhadores, associações profissionais ou cooperativas. No campo político e da sociedade civil vislumbram-se partidos e organizações políticas, instituições sociais, organizações não governamentais e associações com diversas tematizações socioculturais.

Estes campos sociais (re)produzem os principais movimentos sociais da modernidade: o movimento operário, o movimento sindical, o movimento das mulheres, os movimentos associativos populares, o movimento estudantil, o movimento pacifista, o movimento ambiental, os movimentos de defesa do estado-providência, os movimentos de solidariedade social, os movimentos de defesa dos imigrantes, ou o movimento alterglobalização.

A ação coletiva poderá assumir diversas modalidades, a maioria das vezes de modo interinclusivo, podendo assumir formas mais ou menos espontâneas, (in)formais ou duradouras, quer seja nos planos estratégico, organizacional ou da produção de historicidade. De igual forma, as suas dinâmicas poderão ser mais internalizáveis ou assumir uma maior externalidade no espaço-tempo local, supralocal (regional ou nacional) e/ou global. A sociedade em rede e as suas relações por parte dos atores coletivos participantes num determinado campo ou subcampo conferem uma acrescida importância às tecnologias de informação e comunicação (TIC) como meio de difusão social aos reais e potenciais aderentes da sua causa.

O estudo das organizações em contexto local permite uma análise da composição social dos seus associados, a densidade relacional, o seu objeto, objetivos e impactos comunitários, bem como as suas manifestações sociais e culturais, em condições de reporte teoricamente orientado à sua participação em determinado campo ou subcampo, quanto às suas características enquanto ator coletivo e associação aos principais movimentos sociais da modernidade.

Outro elemento incontornável são as relações entre os atores coletivos e o estado, com a governação a constituir-se aos níveis local, nacional e/ou internacional. As causas universais da ação coletiva (co)existem nos contextos locais, supralocais e/ou globais das relações entre os campos sociais, os atores coletivos e os movimentos sociais da modernidade.

IV. Classes sociais, interação social e identidades culturais

O espaço social das classes, expressando graus diversos de desigualdades de posição social e simultaneamente produtor e produto das configurações estruturais, institucionais, culturais e organizacionais que caracterizam uma determinada sociedade, constitui em si mesmo condição e contexto macrossocial significativo de constrangimento/potenciação da ação coletiva por parte dos seus agentes individuais e atores coletivos.

É pela interação social que se consubstanciam os processos e as dinâmicas do espaço social das classes. A interação social comporta uma ordem material, institucional, cultural e simbólica regulativa dos jogos sociais gerados nos campos e estrategicamente incorporada/apropriada pelos agentes e atores coletivos presentes nos processos de integração, negociação e conflito. Os atores individuais e coletivos, atuando num determinado espaço-tempo, ativam nos jogos sociais, inscritos na interação social dos campos, as posições sociais e a ordem/conflito pela distribuição dos seus capitais.

A ação coletiva decorre em determinados “quadros de interação” (Costa, 1999), inscritos em jogos sociais hierarquizados, que, na aceção mouzeliana, consistem em disputas sobre os sistemas de regras protagonizadas por atores situados em posições sociais diferentes e assimétricas, e, portanto, com acesso desigual aos meios da ação (Mouzelis, 1991). São os “quadros de interação” que transportam sentidos e identidades (plurais) aos agentes para a ação coletiva (ou ausência dela).

De igual forma, as identidades culturais não se transformam em sentimento de pertença sem que existam estruturas organizativas e espaços de interação que suportem tais processos de ativação coletiva. O grau de solidariedade (ou de coesão social) que uma organização ou

um ator coletivo for capaz de assegurar, repercutido na densidade e intensidade das interações e estratégias, constitui uma dimensão teórica igualmente fundamental para a compreensão da ação coletiva.

Uma teoria da ação coletiva poderá ter muito a ganhar a partir do conceito de *habitus*, e Nick Crossley (2001, 1999) é um dos principais autores contemporâneos que mais criativamente tem sabido explorar a profundidade do conceito de Pierre Bourdieu. A concepção de Bourdieu do *habitus* encoraja o estudo dos movimentos sociais e da representação política, como um trabalho coletivo de agentes dotados de diferentes intencionalidades e estratégias sociais. Agentes que, enquanto construtores ativos de protestos e de movimentos sociais, incorporam esquemas de percepção social, recursos e modos de agir derivados da sua incrustação no mundo social. São agentes com histórias pessoais, que lhes dizem respeito mas que se inscrevem igualmente nas histórias coletivas mais amplas das quais fazem parte com a sua trajetória de vida (Crossley, 2002: 176).

A pluralidade do *habitus* (Lahire, 2006; Costa, 2007) constitui um fator indispensável nos processos formativos da ação coletiva e na construção das identidades culturais. No quadro da relação entre a estrutura e a ação, o *habitus* constitui a articulação e a mediação fundamental entre as disposições sociais do indivíduo e o conjunto das organizações e instituições presentes num determinado espaço social. É a partir do *habitus*, enquanto sistema de disposições aberto à diversidade das orientações da ação, que os agentes se posicionam perante os grupos sociais e os atores coletivos do respetivo campo.

Procura-se avançar com novas abordagens teóricas que permitam o incremento analítico das relações entre as desigualdades, as classes sociais e as práticas associativas em contexto local. Em que medida é que a ação coletiva é influenciada por um quadro social multidimensional de desigualdades sociais, nomeadamente desigualdades económicas, de classe, de género, laborais, políticas e de informação/conhecimento? Se os agentes interagem em determinados mapas culturais (Bennet e outros, 2009), de que forma é que os seus quadros simbólico-ideológicos profundamente clivados (Pereira, 2005) se exprimem nos subcampos associativos existentes num determinado espaço social local?

A partir das características constitutivas das classes sociais, constituem dimensões teórico-analíticas a produção e a reprodução das relações de classe desenvolvidas no espaço social do trabalho (no presente e no passado), no espaço social da família, no espaço social do lazer e do quotidiano, no espaço social da socialização religiosa e no espaço da ação coletiva (relativamente às práticas associativas locais e à participação social, laboral e política supralocal). Ou seja, pretende-se aferir os valores, as representações sociais e as respetivas

pertenças de classe, a formação das identidades profissionais e as experiências vividas no trabalho, as relações familiares e a trajetória social do grupo doméstico e dos filhos, a manutenção ou não dos laços culturais com as terras de origem, as relações de sociabilidade, as relações de vizinhança e as redes sociais, as representações e práticas culturais e religiosas, as atitudes políticas, a sindicalização, a participação sindical e a pertença associativa aos atores coletivos presentes no tecido social local.

Visa-se a definição de perfis associativos em contexto local, tomando a problemática das classes como horizonte de análise da estrutura social, das origens sociais, dos lugares de classe, dos percursos de escolaridade, dos capitais económico e social, da mobilidade social e territorial, das gerações, ciclos de vida e a conjugação da vida familiar/vida profissional. O trabalho assume centralidade na formação das identidades culturais, mas o “*habitus* militante” dos agentes extravasa o âmbito das relações de produção e potencialmente manifesta-se na sociedade do conhecimento e nas instituições políticas.

Uma teoria e análise das práticas associativas em contexto local fornecerá elementos de reflexão para a discussão da teoria da individualização reflexiva (Giddens, 1995; Atkinson, 2010), no que diz respeito à trajetória do *self*, aos estilos de vida e projetos de vida, aos campos de possibilidades (Velho, 1994), aos sistemas cognitivos e de crenças, às influências institucionais e às dinâmicas dos grupos e dos seus limites. Classe social e reflexividade serão conceitos interligados de escrutínio teórico, problemático e analítico para uma leitura sociológica atualizada das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva nas sociedades contemporâneas.

O conceito de identidades culturais permite uma fecunda inter-relação entre a ação individual e a ação coletiva. As identidades culturais integram as consequências biográficas da participação em movimentos sociais, conferem ao estudo da ação coletiva uma perspetiva cognitiva (Della Porta e Diani, 2006), colocam com premência as relações entre as identidades plurais e a política contemporânea, entre as dinâmicas das afiliações plurais e os contextos sociais, no cruzamento da agência entre os constrangimentos sociais e as escolhas pessoais (Sen, 2007).

V. Modernidade, ação coletiva e mudança social

O realismo social fornece importantes contributos teóricos para o estudo da mudança social nas sociedades contemporâneas. Margaret Archer (1995) faz a distinção teórica entre os “agentes corporativos” e os “agentes primários”. Os “agentes corporativos” possuem maior

influência e capacidade transformadora sobre o contexto estrutural e cultural em relação aos “agentes primários”, por via da sua posição nos sistemas de estratificação e relações articuladas com outros atores coletivos na formulação de interesses e recursos estratégicos, interativos e organizacionais ao seu dispor. Os “agentes primários” são os atores não organizados e passivos da interação social. A morfogénese ou a morfoestática constituem o resultado dos efeitos agregados produzidos pelas relações (posições) entre os “agentes primários” e os “agentes corporativos” durante os ciclos morfogenéticos.

Mouzelis (2008) coloca no centro da sua teoria as desigualdades e os conflitos pela produção, apropriação e controle das tecnologias ou recursos existentes nas instituições. Determinadas instituições são menos maleáveis e mais difíceis de mudar, uma vez que os atores coletivos e os grupos sociais que as sustentam procuram preservar/assegurar os seus interesses conquistados. É na disputa pelos recursos gerados nas instituições, mobilizados no decurso dos jogos sociais, que se formam antagonismos e ganham autonomia organizativa os grupos sociais e os atores coletivos, a partir dos quais se institucionalizam objetivos e estratégias de ação coletiva.

Mouzelis (2008) visa contrariar a reificação das estruturas, e na sua teoria os microatores, macroatores e atores coletivos interatuam com diferenciados poderes perante as estruturas institucionais. Os macroatores podem ter uma forte influência sobre as condições dos microatores, independentemente da copresença, alterando assim as regras das estruturas da interação dos microatores. A organização confere aos microatores e macroatores desiguais capacidades de ação que, através da sua participação nos atores coletivos, reproduzem ou transformam a legitimidade das decisões produzidas nos jogos sociais, adstritas a determinadas posições de poder nos contextos institucionais.

As explicações sobre a mudança e o desenvolvimento, considera Mouzelis, assumem normalmente uma perspetiva sistémica unidirecional, em detrimento de uma perspetiva ator-sistema. No seu entender existem dois mecanismos fundamentais interligados nos processos de mudança: a cooperação/conflicto entre os atores e a compatibilidade/incompatibilidade entre as instituições (Mouzelis, 2008: 105). Para compreender os processos de mudança, é necessário interpretar como os atores coletivos se relacionam com a constituição, reprodução e transformação de longo prazo das ordens macroinstitucionais no interior das quais se desenvolvem complexos e intrincados jogos sociais. Sem uma referência agencial-sistémica às complexas lutas pela produção, apropriação e ideologização dos recursos económicos, políticos, sociais e culturais, não será possível explicar satisfatoriamente as macrotransformações sociais.

O que liga os macrojogos (situados a um nível global), os mesojogos (situados a um nível nacional) e os microjogos (situados a um nível regional/local) são as estruturas burocráticas e formais dos atores coletivos, bem como as relações de poder informais entre os agentes, em cada nível e nas relações hierárquicas entre os diferentes níveis. De tais relações produzidas nos vários níveis dos jogos sociais, ocorrem processos verticais e horizontais de tomada de decisão, tendencialmente constituídas/impostas a partir do topo das hierarquias sociais, mas podendo ter igualmente origem nas posições sociais subalternas (Mouzelis, 2008: 260).

As mudanças sociais ao nível das estruturas trans(nacionais) de classes, o desenvolvimento institucional do estado-providência e os efeitos do crescimento da sociedade da informação e do conhecimento colocam novos e interessantes desafios a uma agenda sociológica que almeje o aprofundamento das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva (Nunes, 2011).

A ação coletiva nas sociedades do conhecimento constitui uma exigência teórico-analítica igualmente relevante. Se o acesso ao conhecimento enquanto bem público comum, as igualdades cognitivas, as solidariedades digitais e a liberdade de expressão constituem alicerces das sociedades do conhecimento (Bindé, 2008), haverá uma renovação das práticas associativas democráticas nas emergentes sociedades do conhecimento? Se o conhecimento constitui uma capacidade individual e coletiva para a ação (Stehr, 1994), os novos limites do crescimento económico e do desenvolvimento serão suplantados através da consolidação plena das sociedades do conhecimento na modernidade?

A modernidade enfrenta atualmente pungentes desafios que se repercutem igualmente sobre as práticas associativas ou ação coletiva e que dizem respeito à globalização, às desigualdades sociais, à democracia e ao desenvolvimento. Ao nível macrossocial, a globalização e as desigualdades económicas (Walby, 2009), o capitalismo e a sua evolução (Streek, 2012; Burns, 2006), os desequilíbrios entre as nações e no seu interior (Sernau, 2011) e as recomposições das classes sociais globais (Wagner, 2007) produzem (in)diretos efeitos sobre as relações de produção, as sociedades do conhecimento e as instituições políticas, que depois retroagem sobre as dinâmicas da ação coletiva.

As transformações da modernidade na era da globalização, as mudanças nos modelos de estado-nação e as tensões económicas, políticas e sociais suscitadas pela crise atual estão a produzir reconfigurações incertas nos programas cultural e político da modernidade (Eisenstadt, 2007), com impactos sobre as democracias modernas. Os custos das desigualdades poderão produzir novos caminhos de empoderamento social, com a criação de regras institucionais potenciadoras de novas oportunidades de ação coletiva (Wright, 2010),

capaz de erigir uma “democracia associativa” nos campos económico-laboral, político e da sociedade civil da modernidade.

VI. Conclusão

O estudo das práticas associativas em contexto local permite o acionamento de um conjunto de teorias e problemáticas interligadas pelo denominador comum (meta)teórico das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva. Os conceitos utilizados e o seu encadeamento teórico visaram um carácter denodadamente exploratório, tendo em vista desafiar o futuro da investigação sociológica no estudo das relações entre as desigualdades sociais e a ação coletiva, não confinando a análise empírica aos limites de um universo “internalista” das práticas associativas, mas sobretudo procurando projetá-las para escalas de observação simultaneamente supralocais e globais. A mesma preocupação de enriquecer controladamente as teorias e análises das classes sociais com outros autores e enfoques – cada vez mais amadurecidos pela via da problematização das desigualdades sociais contemporâneas – presidiu ao esforço de parametrização de um programa holístico para o estudo da ação coletiva nas sociedades contemporâneas, que aqui se apresentou.

VII. Bibliografia

- Archer, Margaret (1995), *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Atkinson, Will (2010), *Class, Individualization and Late Modernity: In Search of the Reflexive Worker*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Bennet, Tony e outros (2009), *Culture, Class and Distinction*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Bindé, Jérôme (org.) (2008), *Rumo às Sociedades do Conhecimento*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (2000), *Propos sur le Champ Politique*, Lyon, Presse Universitaire de Lyon.
- Burns, Tom (2006), “Teorias dos sistemas dinâmicos: teorizações sobre o capitalismo e a sua evolução”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 50, pp. 11-44.
- Collins, Randall (2004), *Interaction Ritual Chains*, Princeton, Princeton University Press.
- Coser, Lewis (1956), *The Functions of Social Conflict*, Londres, Routledge and Kegan Paul.

- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino (2007), “Os desafios da teoria da prática à construção da sociologia”, em J. M. Pinto e V. B. Pereira (orgs.), *Pierre Bourdieu: A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 15-29.
- Crossley, Nick (1999), “Fish, field, habitus and madness: the first wave mental health users movement in Great Britain”, *British Journal of Sociology*, 50 (4), pp. 647-670.
- Crossley, Nick (2001), “The phenomenological habitus and its construction”, *Theory and Society*, 30, pp. 81-120.
- Crossley, Nick (2002), *Making Sense of Social Movements*, Berkshire, Open University Press.
- Dahrendorf, Ralph (1982), *As Classes Sociais e os Seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Della Porta, Donatella e Mario Diani (2006), *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class: Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Society*, Londres, Sage Publications.
- Eisenstadt, S. N. (2007), *Múltiplas Modernidades*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Giddens, Anthony (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Klandermans, Bert e Conny Roggeband (orgs.) (2007), *Handbook of Social Movements Across Disciplines*, Nova Iorque, Springer.
- Lahire, Bernard (2006), *A Cultura dos Indivíduos*, Porto Alegre, Artmed.
- Marx, Karl, e Friedrich Engels (2008), *Marx Engel Obras Escolhidas Tomo I*, Lisboa, Edições Avante.
- Mouzelis, Nicos (1991), *Back to Sociological Theory: The Construction of Social Orders*, Londres, Macmillan.
- Mouzelis, Nicos (1995), *Sociological Theory: What Went Wrong? Diagnosis and Remedies*, Londres, Routledge.
- Mouzelis, Nicos (2008), *Modern and Postmodern Social Theorizing. Bridging the Divide*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Nunes, Nuno (2011), *Desigualdades Sociais e Ação Coletiva na Europa*, Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Pereira, Virgílio Borges (2005), *Modalidades de Estilização de Vida na Cidade do Porto: Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*, Porto, Afrontamento.
- Rex, John (1981), *Social Conflict*, Harlow, Longman.

- Sen, Amartya (2007), *Identidade e Violência: A Ilusão do Destino*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Sernau, Scott (2011), *Social Inequality in a Global Age*, Thousand Oaks/Londres, Pine Forge/Sage.
- Simmel, Georg (1999), *Sociologie. Études sur les Formes de la Socialisation*, Paris, PUF.
- Stehr, Nico (1994), *Knowledge Societies*, Londres, Sage.
- Streek, Wolfgang (2012), “How to study contemporary capitalism?”, *European Journal of Sociology /Archives Européennes de Sociologie*, 53 (01), pp. 1-28.
- Tilly, Charles (2008), *Contentious Performances*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Tocqueville, Alexis de (2002), *Da Democracia na América*, Cascais, Principia.
- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Wagner, Anne-Catherine (2007), *Les Classes Sociales dans la Mondialisation*, Paris, La Découverte.
- Walby, Sylvia (2009), *Globalization & Inequalities*, Londres, Sage Publications.
- Weber, Max (1978), *Economy and Society*, (2 vols.), Berkeley, G. Roth e C. Witich/University of California Press.
- Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning Real Utopias*, Londres/Nova Iorque, Verso.